

Assunto: Vigência do novo CPC – Congresso no Fórum do Recife	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção: Repórter JC
Página: 2	Data: 08/07/2015

jornal do  commercio

A vigência do novo CPC

O novo Código de Processo Civil foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff e, à princípio, deve vigorar em março de 2016. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, vem sugerindo que o prazo seja estendido por até cinco anos. Alega ser necessário fazer adaptações no STF para impedir “um colapso” nesse Tribunal. “O retardamento da vigência do CPC é um retrocesso, um reconhecimento da impossibilidade do Estado de lidar com as soluções para os problemas da justiça”, comentou o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo Alves. O código, segundo ele, foi amplamente discutido e é “um marco da jurisdição do nosso país”. Hoje, tem início o Congresso Pernambucano de Direito Processual Civil, promovido pela Escola Superior de Advocacia da OAB-PE, no Fórum do Recife. Professores de renome nacional, que participaram ativamente das discussões que precederam a aprovação do Novo CPC, estarão presentes. “O congresso é uma das ações de capacitação profissional para as mudanças de paradigmas previstas no código”, diz Pedro Henrique.

Assunto: Desembargador Antônio Carlos Alves	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção: Rápidas
Página: 4	Data: 08/07/2015

jornal do commercio

→ rápida



Divulgação

Pleno do TRE-PE elege novo presidente

O desembargador Antônio Carlos Alves da Silva (foto), oriundo do TJPE, foi eleito ontem presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Ele recebeu quatro dos sete votos do pleno. O desembargador Alberto Virgínio recebeu dois votos e um foi em branco.



Assunto: Justiça determina multa a policiais – Decisão Des. José Fernandes de Lemos

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Cidades

Seção:

Página: 2

Data: 08/07/2015

jornal do commercio

Justiça determina multa a policiais

As más condições estruturais do IML do Recife – atestadas por familiares das duas adolescentes encontradas mortas em Moreno – é um dos motivos da paralisação da Polícia Civil, hoje, que deve contar com adesão dos peritos do órgão. Um ato está marcado para as 9h30, em frente ao IML e a orientação é para que funcionem apenas serviços de flagrante e levantamento em local de homicídio em todo o Estado. Contudo, a Justiça acatou pedido do governo e determinou que o Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco (Sinpol) suspenda a paralisação, sob pena de multa de R\$ 30 mil.

A decisão foi do desembargador José Fernandes de Lemos, atendendo petição da Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco. Alega que o Sinpol descumpra liminar do mesmo desembargador que, em 10 de junho, determinou a suspensão da greve dos policiais civis iniciada dia 9.

A direção do sindicato não foi localizada pelo JC após a notificação. Antes, o presidente da entidade, Aúreo Cisneyros, disse que a paralisação começaria a zero hora, com agentes, comissários, escrivães, peritos e delegados.



ATO No último protesto, categoria enterrou Pacto pela Vida

“O Estado faz ouvido de mercedor. Em paralisação anterior, funcionários do IML suspenderam o ato porque a direção se comprometeu a fazer melhorias que não ocorreram. O local enfrentou curto-circuito e duas panes elétricas, os servidores e a população correm risco de contaminação.”

A gerente-geral de Polícia Científica, Sandra Santos, ex-

plicou que a demora na liberação dos corpos das garotas se deu pelo estado de decomposição. “A identificação teve que ser feita por impressão digital. Embora não tenha havido acúmulo do dia anterior (quando faltou energia, restabelecida pela manhã), tivemos a entrada de 30 cadáveres.”

A gestora reconheceu os problemas estruturais e disse

que uma reforma será feita este ano. “Quanto à paralisação desta quarta, vi declarações do presidente do Sinpol de que não haveria retenção de corpos. Espero que não levem mais esse sofrimento à população.”

Os policiais reivindicam isonomia da gratificação com os delegados (de 100% para 225% sobre o salário), revisão do Plano de Cargos e Carreiras e convocação dos aprovados em concurso de 2009.

Hoje também está marcado protesto dos policiais militares para cobrar ao Estado melhores condições de trabalho e pedir que o governo se posicione sobre a pauta de reivindicações. Segundo a Associação de Cabos e Soldados de Pernambuco uma passeata sairá às 15h, do Parque 13 de Maio em direção ao Palácio do Campo das Princesas.

Ontem representantes da categoria se reuniram com membros da Secretaria de Administração. Até as 21h30, não houve retorno sobre as negociações.

 **Mais na web**

Fotos do último protesto dos policiais: www.jconline.com.br

Alexandre Gondim/JC Imagem

Assunto: Posse – Eleito novo presidente do TRE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: b3	Data: 08/07/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

POSSE

Eleito novo presidente do TRE

O magistrado Antônio Carlos Alves da Silva tomou posse ontem no cargo de desembargador eleitoral. Logo em seguida, o novo membro da corte do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) foi eleito presidente da Casa, vencendo o desembargador Alberto Noguei-

ra Virgínio, presidente em exercício, em solenidade prestigiada pelo desembargador Frederico Neves, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). "Nada mais gratificante que um simples auxiliar de portaria, chegar a tão alto posto da Justiça Eleitoral de Pernambuco", disse o

novo desembargador, que recebeu quatro votos contra dois do adversário e um em branco. "Vim de alma aberta para assumir o cargo e espero contar não só com os meus pares, como também com os funcionários qualificados desse Tribunal. E se Deus quiser, farei uma administração dentro dos princípios éticos e morais", discursou.



ALICE MAFFRA/TRE-PE/DIVULGAÇÃO



Assunto: A Carta das Liberdades	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Opinião	Seção:
Página: b9	Data: 08/07/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

A carta das liberdades

ROQUE DE BRITO ALVES
PROFESSOR E ADVOGADO
dudabritto@hotmail.com

1 - No último 15 de junho, a Inglaterra celebrou os 800 anos da "Magna Carta" pois em 15 de junho de 1215, o Rei João da Inglaterra (que ficou conhecido na História como "João Sem Terra") pressionado por vinte e cinco barões ingleses que se tinham rebelados contra as suas arbitrariedades, teve de assinar a denominada "Magna Carta Libertatum", - escrita em latim - o primeiro documento histórico, em nosso entendimento, a dispor sobre os direitos humanos e não como muitos autores sustentam que um texto legal em tal sentido seria a Constituição da França de 1792 ("Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão") logo após a Revolução Francesa de 1789. Sem dúvida, foi o primeiro texto a limitar o poder real e a conceder direitos ao povo, ao cidadão.

2 - Em verdade, embora muitos autores sustentem que a Magna Carta surgiu somente de uma crise política entre o soberano e a nobreza inglesa, não beneficiam

do o povo, tal interpretação não é válida porque em muitos dos seus artigos sobretudo os de números 39, 40, 16, 45, etc., e, também no preâmbulo da Carta constata-se claramente que a mesma é dirigida não somente à nobreza porém aos homens do povo, aos cidadãos, aos homens livres pelas seguintes expressões: "To all free men of our kingdom" ("A todos os homens livres do nosso reino"), "No free man" ("Nenhum homem livre"), "To no one" ("A ninguém"), "Only men" ("Somente homens"), acrescentando que as liberdades que estavam escritas na Carta seriam para todos e para seus herdeiros e que deveriam ser mantidas ou garantidas para todos os cidadãos e para os seus herdeiros, expressões ou termos do idioma inglês (traduzidos do original latino) que eliminam categoricamente qualquer possibilidade da teoria de que a Magna Carta era dirigida somente à nobreza ou teria apenas beneficiado a mesma, é a nossa argumentação essencial.

3 - Por outra parte, encontramos na Magna Carta princípios fundamentais do atual Estado Democrático de Direito

como os seguintes: o princípio da legalidade dos crimes e das penas (art. 39), o devido processo legal (arts. 39, 52, 56, 57), o acesso à Justiça (art. 40), a instituição do júri (art. 39), a proibição da escravidão (art. 40), etc., etc. Em seus 63 artigos, muitos dos seus princípios democráticos ainda são citados atualmente na Justiça da Inglaterra e também estão agora na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948.

4 - além da tese de que a Magna Carta é o primeiro texto legal que limitou o poder da autoridade do Rei para maior liberdade do povo, consagrando a liberdade individual perante o poder real, entendemos que o seu maior ou verdadeiro legado é o de que ninguém por mais poderoso que seja está acima da lei, que a própria lei em si mesma é um poder a que devem estar submetidos o governo e o povo.

5 - Fizemos a doação ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, à Ordem dos Advogados e à Faculdade Maurício de Nassau de cópias oficiais do original da Carta que adquirimos em Londres. E no momento somente existem na Inglaterra quatro originais da Carta que o Rei mandou distribuir a todo o povo.

Assunto: Posse – Eleito novo presidente do TRE	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção: Em destaque
Página: 5	Data: 08/07/2015



Em destaque

TRE/Divulgação



■ **TRE-PE** - O desembargador eleitoral Antônio Carlos Alves assumiu, ontem, a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Dos sete votos possíveis, o novo presidente da Cômte recebeu quatro. Outros dois votos foram para o presidente em exercício, o desembargador Alberto Nogueira Virgínio. “Vim de alma aberta para assumir o cargo e espero contar não só com os meus pares, como também com os funcionários qualificados desse Tribunal. E se Deus quiser, farei uma administração dentro dos princípios éticos e morais”, discursou o novo Presidente do TRE-PE. A solenidade foi prestigiada pelo presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Frederico Neves e outros magistrados do tribunal.

Assunto: Vigência do novo CPC – Congresso no Fórum do Recife	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção: Folha da Cidade/Emília Lucena
Página: 2	Data: 08/07/2015



■ **DIREITO** - De hoje até o dia 10, o Fórum do Recife, abriga o Congresso Pernambucano de Direito Processual Civil, reunindo grandes nomes do direito local e nacional, como Eduardo Talamini, Alexandre Freitas Câmara, José Rogério Cruz e Tucci, Misael Montenegro e Eduardo José da Fonseca Costa.

Assunto: Política Civil – Justiça proíbe paralisação	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 3	Data: 08/07/2015



> POLÍCIA CIVIL

Justiça proíbe paralisação

■ A paralisação dos policiais civis, prevista para hoje, pode gerar multa diária de R\$ 30 mil para o Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco (Sinpol). A Justiça acatou o pedido do Estado e determinou que os agentes executem as atividades normalmente. Em nota enviada pelo Estado à imprensa, a decisão do desembargador José Fernandes de Lemos, publicada ontem, atendeu à petição apresentada pela Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE-PE). No pedido, a PGE-PE argumentou que a nova paralisação descumpra liminar do mesmo desembargador que determinou a suspensão da greve dos policiais civis no último dia 10 de junho, iniciada no dia 9 do mesmo mês. À época, a decisão atendeu à ação apresentada pela PGE-PE, pedindo a declaração de ilegalidade e abusividade do movimento e o retorno imediato.

Se houver paralisação, serviços do Instituto de Medicina Legal (IML), emissão de documentos, registro de boletins de ocorrências, assim como o funcionamento do Instituto de Criminalística, nas unidades do Expressão Cidadão e no Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB), serão interrompidos até o término do ato.

Assunto: Justiça manda policiais suspenderem protesto marcado para esta quarta	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:



segurança

Justiça manda policiais suspenderem protesto marcado para esta quarta



Foto: divulgação.

Do JC Online

As más condições estruturais do IML do Recife é um dos motes da paralisação da Polícia Civil, nesta quarta-feira (8), que deve contar com adesão dos peritos do órgão. Um ato está marcado para esta manhã, em frente ao IML e a orientação é para que funcionem apenas serviços de flagrante e levantamento em local de homicídio em todo o Estado. Contudo, a Justiça acatou pedido do governo e determinou que o Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco (Sinpol) suspenda a paralisação, sob pena de multa de R\$ 30 mil.

A decisão foi do desembargador José Fernandes de Lemos, atendendo petição da Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco. Alega que o Sinpol descumpra liminar do mesmo desembargador que, em 10 de junho, determinou a suspensão da greve dos policiais civis iniciada dia 9.

A direção do sindicato não foi localizada pelo JC após a notificação. Antes, o presidente da entidade, Áureo Cisneyros, disse que a paralisação começaria a zero hora, com agentes, comissários, escrivães, peritos e delegados. “O Estado faz ouvido de mercador. Em paralisação anterior, funcionários do IML suspenderam o ato porque a direção se comprometeu a fazer melhorias que não ocorreram. O local enfrentou curto-circuito e duas panes elétricas, os servidores e a população correm risco de contaminação.”

Assunto: Justiça impõe multa para greve da PC	
Veículo: Blog de Magno Martins	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:



Justiça impõe multa para greve da PC



A Justiça acatou pedido do Estado e determinou que o Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco (Sinpol) se abstenha de realizar a paralisação das atividades dos policiais civis prometida para começar à meia-noite desta quarta-feira (8).

O descumprimento acarretará multa diária de R\$ 30 mil e o sindicato já foi intimado por oficial de justiça agora à noite.

A decisão do desembargador José Fernandes de Lemos, publicada nesta terça-feira (7), atendeu a petição apresentada pela Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE-PE).

No pedido, a PGE-PE alerta que, ao articular uma nova paralisação, o Sinpol descumpre liminar do mesmo desembargador que, em 10 de junho, determinou a suspensão da greve dos policiais civis iniciada no dia 9.

À época, a decisão atendeu a ação apresentada pela PGE-PE, pedindo a declaração de ilegalidade e abusividade do movimento e o retorno imediato dos grevistas à atividade.

Assunto: Policiais civis iniciam paralisação à meia noite	
Veículo: Blog de Magno Martins	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:



Policiais civis iniciam paralisação à meia noite



Os policiais civis de Pernambuco cruzam os braços em nova paralisação de 24 horas a partir da meia noite de hoje. Durante todo o dia, apenas os atendimentos de flagrantes serão mantidos pela categoria que também vai realizar um ato de protesto em frente ao Instituto de Medicina Legal (IML), no bairro de Santo Amaro, no Recife.

Além do IML, na liberação de corpos, também serão afetados o Instituto de Criminalística (IC) e o Instituto de Identificação Tavares Buril (ITB), que não farão a emissão de documentos e as delegacias, que não vão registrar os Boletins de Ocorrência (BO).

De acordo com o Sindicato dos Policiais Civil de Pernambuco (Sinpol-PE), a pauta de reivindicações pede a modificação no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) para que promova aumentos salariais por tempo, qualificação e faixa etária, além da reposição das perdas inflacionárias e integração dos peritos papiloscopistas ao quadro técnico policial.

Assunto: Novo desembargador eleitoral assume presidência do TRE-PE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:

The logo features the word "DIARIO" in a large, bold, white sans-serif font. To its right, the word "de" is in a smaller, lowercase, light blue font. Further right, "PERNAMBUCO" is written in the same large, bold, white font as "DIARIO". Below "PERNAMBUCO", the text ".com.br" is written in a smaller, lowercase, light blue font. The entire logo is set against a dark blue rectangular background.

Novo desembargador eleitoral assume presidência do TRE-PE

O magistrado Antônio Carlos Alves da Silva tomou posse ontem do cargo de desembargador eleitoral. Porém o novo membro da corte do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) mal ocupou seu assento e, logo em seguida, foi eleito presidente da Casa, vencendo o desembargador Alberto Nogueira Virgínio, então presidente em exercício, em solenidade prestigiada pelo desembargador Frederico Neves, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

“Nada mais gratificante do que um simples auxiliar de portaria, chegar a tão alto posto da Justiça Eleitoral de Pernambuco”, disse o novo desembargador, que recebeu quatro votos contra dois do adversário e um em branco. “Vim de alma aberta para assumir o cargo e espero contar não só com os meus pares, como também com os funcionários qualificados desse Tribunal. E se Deus quiser, farei uma administração dentro dos princípios éticos e morais”, discursou.

Assunto: Policiais civis fazem manifestação – Menção à multa determinada pela Justiça	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:



Policiais civis fazem manifestação e paralisam IML e delegacias

Justiça determinou multa de R\$ 30 mil por dia ao Sindicato dos Policiais Civis pela paralisação



Assunto: Policiais civis fazem manifestação – Menção à multa determinada pela Justiça	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:



Policiais civis cruzam os braços, apesar de notificação judicial

Apesar de a Justiça ter acatado o pedido do governo estadual e determinado a aplicação de uma multa de R\$ 30 mil por dia ao Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol) em caso de paralisação, a categoria decidiu paralisar as atividades nesta quarta-feira. Notificado da decisão na noite de terça-feira, o sindicato decidiu manter a programação de 24 horas e informou que irá recorrer da decisão.

Desta vez, os serviços do Instituto de Medicina Legal (IML) do Recife também foram interrompidos. Seis corpos aguardam liberação. Os trabalhadores, que denunciam a total falta de condições de trabalho no local, vão realizar um protesto esta manhã em frente ao IML, no bairro de Santo Amaro, no Recife. Além do IML, na liberação de corpos, também serão afetados o Instituto de Criminalística (IC) e o Instituto de Identificação Tavares Buril (ITB), que não farão a emissão de documentos e as delegacias que, desde a zero hora não registram os Boletins de Ocorrência (BO). Estão sendo reagistrados apenas os flagrantes.

De acordo com o Sinpol-PE, a pauta de reivindicações pede a modificação no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) para que promova aumentos salariais por tempo, qualificação e faixa etária, além da reposição das perdas inflacionárias e integração dos peritos papiloscopistas ao quadro técnico policial.

Há três meses, vários atos e paralisações vêm sendo realizados com o mesmo propósito. No último dia dois de julho, representantes do sindicato foram recebidos no Palácio do Campo das Princesas, pelo secretário-executivo da Casa Civil, Marcelo Canuto. Na reunião, o secretário detalhou o cenário de retração econômica e o compromisso do estado com a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas reafirmou o interesse do governo no avanço dos pontos de pauta que não gerem impacto financeiro.

No mesmo dia, antes da reunião, delegados e policiais civis de Pernambuco, em paralisação de 24 horas, realizaram em frente à sede do governo do estado, o enterro simbólico do programa Pacto pela Vida. Com direito a caixão e cora de flores, os trabalhadores denunciam a manipulação de números para apontar uma redução da criminalidade e cobram, além de melhores condições de trabalho, a reestruturação das carreiras apontadas como as que têm os piores salários do país.

Na ocasião, os profissionais também fizeram a entrega simbólica das jornadas extraordinárias de trabalho. Segundo eles, os plantões do Programa de Jornada Extra de Segurança (PJES) não conduziam com as condições mínimas necessárias para o bom trabalho. A decisão foi tomada durante assembleia conjunta entre o Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco (Sinpol) e a Associação dos Delegados da Polícia do Estado de Pernambuco (Adeppe), no dia 26 de junho. Cerca de 90% dos policiais e mais de 240 delegados já aderiram ao gesto. Depois de se concentrarem por volta das 8h30 em frente ao prédio da Secretaria de Planejamento (Seplag), na Rua da Aurora, os manifestantes seguiram em passeata até o Palácio, passando pelo Parque Treze de Maio e Avenida Conde da Boa Vista, onde o trânsito travou.

Assunto: Justiça vai aplicar multa em caso de paralisação dos policiais civis	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Justiça vai aplicar multa em caso de paralisação dos policiais civis

Nesta terça-feira, a Justiça acatou o pedido do governo e determinou que o Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol) não deve realizar a paralisação, marcada para começar à 0h desta quarta. Caso decidam descumprir a decisão, o sindicato será multado em R\$ 30 mil por dia. O Sinpol foi notificado na noite desta terça, mas decidiu manter a programação. De acordo com o desembargador José Fernandes de Lemos, a paralisação descumpra liminar do mesmo que, em 10 de junho, determinou a suspensão da greve dos policiais civis iniciada no dia 9. O sindicato afirmou que recorrerá a decisão.

Os policiais civis de Pernambuco agenderam para hoje uma nova paralisação de 24 horas. Durante todo o dia, apenas os atendimentos de flagrantes devem ser mantidos pela categoria que também agendou um ato de protesto para esta manhã, em frente ao Instituto de Medicina Legal (IML), no bairro de Santo Amaro, no Recife. Além do IML, na liberação de corpos, também devem ser afetados o Instituto de Criminalística (IC) e o Instituto de Identificação Tavares Buril (ITB), com a interrupção da emissão de documentos. Já as delegacias, não deverão registrar os Boletins de Ocorrência (BO).

Assunto: Justiça determina que policiais civis não devem realizar paralisação nesta quarta	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:



Justiça determina que policiais civis não devem realizar paralisação nesta quarta

O descumprimento acarretará em multa diária de R\$ 30 mil

Nesta terça-feira, a Justiça acatou o pedido do governo e determinou que o Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol) não deve realizar a paralisação, marcada para começar à 0h desta quarta. Caso decidam descumprir a decisão, o sindicato será multado em R\$ 30 mil por dia. O Sinpol foi notificado na noite desta terça, mas decidiu manter a programação. De acordo com o desembargador José Fernandes de Lemos, a paralisação descumpra liminar do mesmo que, em 10 de junho, determinou a suspensão da greve dos policiais civis iniciada no dia 9. O sindicato afirmou que recorrerá a decisão.

Os policiais civis de Pernambuco cruzaram os braços em nova paralisação de 24 horas. Durante todo o dia, apenas os atendimentos de flagrantes serão mantidos pela categoria que também vai realizar um ato de protesto em frente ao Instituto de Medicina Legal (IML), no bairro de Santo Amaro, no Recife. Além do IML, na liberação de corpos, também serão afetados o Instituto de Criminalística (IC) e o Instituto de Identificação Tavares Buril (ITB), que não farão a emissão de documentos e as delegacias, que não vão registrar os Boletins de Ocorrência (BO).

Assunto: Funcionários de abrigos infantis protestam contra falta de alimentos e atrasos nos salários – Juíza Hélia Viegas	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:



Funcionários de abrigos infantis protestam contra falta de alimentos e atrasos nos salários

Funcionários terceirizados que atuam em abrigos de crianças mantidos no Recife pelo governo do estado realizam, na tarde desta terça-feira, um protesto em frente à sede da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, na Avenida Cruz Cabugá, bairro de Santo Amaro, Recife. Com salários atrasados há três meses, eles denunciam também o desabastecimento de alimentos nas unidades onde trabalham.

Faltam principalmente carne e produtos de hortifruti. Uma das piores situações é a da Casa da Madalena, onde vivem 22 bebês e crianças afastados de suas famílias por medida de segurança. O caso foi parar nas redes sociais, no último final de semana, a partir da denúncia de uma voluntária. Preocupadas, várias pessoas encaminharam alimentos para o espaço. Ontem, a promotora da Infância e Juventude Jecqueline Elihimas expediu recomendação à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude para que a situação seja normalizada dentro de 48 horas. O ato da promotora será publicado hoje no Diário Oficial.

Além da falta de comida, a promotora também recebeu, durante fiscalização feita ontem, denúncias de falta de pagamento aos funcionários terceirizados, inclusive de repasse de passagens de ônibus, há três meses, o que estaria impedindo alguns de comparecerem ao trabalho. Na falta de uma cozinheira, quem fez a comida ontem foi uma auxiliar de serviços gerais junto com uma educadora. Sem motorista e sem gasolina para o carro, crianças estão deixando de ir a consultas médicas e à escola. Hoje a casa tem seis funcionários para cozinha, lavanderia e motoristas. Outros cinco foram demitidos.

Na visita, a promotora disse ter encontrado bastante alimento na despensa, mas todos doados no final de semana. Parte da comida foi dividida para o Vovó Geralda e Craur. “Também expediu recomendação à secretaria para normalizar o pagamento. Não sei se o governo está pagando às empresas e essas estão deixando de cumprir com o pagamento dos trabalhadores ou se não está havendo esse repasse para as terceirizadas”, explicou a promotora. A equipe do MPPE também foi aos abrigos Vovó Geralda, Craur e Lar Esperança.

Há relatos de que na Casa da Madalena cada criança recebeu apenas um pão no jantar porque não havia verdura para fazer sopa. Além disso, funcionários precisaram se cotizar para comprar um leite especial para um bebê abrigado. **A situação comoveu a juíza da Vara da Infância e da Juventude Hélia Viegas, que foi ao local para doar**

alimentos. “Os abrigos não podem viver à mercê de doações. Além disso os funcionários que restaram precisam receber seus salários”, criticou.

Há três meses a promotora instaurou procedimento para apurar denúncia de falta de comida nos abrigos. “Em audiência com a secretaria, eles se comprometeram a normalizar o abastecimento e agora fico surpresa com essa nova denúncia”, disse. O governo também é responsável por abrigos em Jaboatão dos Guararapes e Garanhuns.

Em nota, a secretaria reconheceu que o abastecimento de hortifruti e frigorífico está irregular, apesar dos contratos vigentes, e será normalizado até o final desta semana. Quanto aos pagamentos da terceirizada, disse: “estamos em tratativas visando regularizar seus pagamentos nos próximos dias”.

Com informações da repórter Marcionila Teixeira

Assunto: TJPE determina suspensão da paralisação dos policiais civis	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:

G1**PERNAMBUCO**

Policiais civis fazem quinta paralisação em dois meses

IML também parou e já há seis corpos aguardando por liberação. Policiais prometem protesto para cobrar melhores condições de trabalho.



- TJPE determina suspensão de paralisação

Assunto: TJPE determina suspensão da paralisação dos policiais civis	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:



Policiais civis de Pernambuco fazem quinta paralisação em dois meses

IML também parou e já há seis corpos aguardando por liberação. Policiais prometem protesto para cobrar melhores condições de trabalho.



Os policiais civis de Pernambuco realizam uma nova paralisação de 24 horas nesta quarta-feira (8), apesar de o Tribunal de Justiça do estado (TJPE) ter determinado a suspensão do ato na terça (7). Desta vez, os serviços do Instituto de Medicina Legal (IML) do Recife também foram interrompidos. Segundo o Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol-PE), seis corpos já aguardam liberação no IML. As delegacias também estão paradas desde a meia-noite, registrando apenas os flagrantes.

Paralisações de advertência como esta têm sido realizadas com frequência – desde junho, foram quatro atos de 24 horas. Em todas manifestações, a categoria cobra melhores condições de trabalho e carreira do Governo do Estado. Para isso, realiza passeatas e faz atendimento apenas parcial nas delegacias. O Sinpol afirma que a decisão pela mobilização foi tomada porque o governo não cumpriu o prazo acordado para dar respostas às queixas dos policiais em relação à estrutura do IML e das delegacias.

No início da manhã desta quarta, famílias foram surpreendidas com a decisão quando chegaram ao IML para liberar os corpos dos parentes, como mostrou o Bom Dia Pernambuco. Policiais e representantes do sindicato também estão em frente ao prédio do IML, no bairro de Santo Amaro, área central do Recife, nesta manhã. Eles programam um ato público no local para as 9h e muitos já seguram faixas com frases

como “O governo sucateia quem investiga e soluciona crimes”. Segundo o Sinpol, não haverá passeata nesta quarta, como ocorreu nas últimas paralisações.

Esta manifestação foi anunciada na última paralisação da categoria, na última quinta-feira (2). Na terça (7), no entanto, o TJPE determinou que os policiais suspendessem o ato. A decisão atendeu a um pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE-PE) e determinou uma multa de R\$ 30 mil para cada dia de desrespeito à determinação. Mesmo assim, o Sinpol manteve a manifestação. O presidente do sindicato, Áureo Cisneiros, ainda informou que vai recorrer da decisão. Para ele, o movimento é legítimo porque os policiais são submetidos a péssimas condições de trabalho nas delegacias e nos outros órgãos.

Reivindicações

A categoria reivindica isonomia da gratificação do risco de vida policial, revisão do plano de cargos e carreiras, inclusão dos peritos papiloscopistas no quadro técnico policial e convocação de aprovados remanescentes no último concurso público para a Polícia Civil. Os policiais também se negam a participar do Programa de Jornada Extra da Segurança (PJES). Para o presidente do Sinpol, Áureo Cysneiros, o PJES é uma forma de hora extra que não é paga adequadamente e é realizada para suprir deficiência no efetivo.



Delegacias pararam serviços e estão registrando apenas flagrantes (Foto: Kety Marinho / TV Globo)

Assunto: TJPE determina suspensão da paralisação dos policiais civis	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:



TJPE determina suspensão de paralisação anunciada por policiais

Justiça atendeu a pedido do Estado e fixou multa por descumprimento. Apesar de decisão, Sinpol-PE informou que mobilização está mantida.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou, nesta terça (7), a suspensão da paralisação de 24 horas anunciada pelo Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol-PE) para esta quarta-feira (8). A decisão é do desembargador José Fernandes de Lemos, que acatou pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE-PE). Em caso de descumprimento por parte da entidade, o magistrado fixou multa diária de R\$ 30 mil. Em nota, o Executivo Estadual informou que o sindicato já foi intimado por um oficial de Justiça na noite desta terça. Procurado pelo G1, o Sinpol-PE informou que a mobilização está mantida e vai recorrer da decisão.

O comunicado do governo à imprensa diz que "no pedido, a PGE-PE alerta que, ao articular uma nova paralisação, o Sinpol descumpra liminar do mesmo desembargador que, em 10 de junho, determinou a suspensão da greve dos policiais civis iniciada no dia 9. À época, a decisão atendeu a ação apresentada pela PGE-PE, pedindo a declaração de ilegalidade e abusividade do movimento e o retorno imediato dos grevistas à atividade."

O Sinpol-PE programou para esta quarta um ato público, marcado para as 9h30, em frente ao Instituto de Medicina Legal (IML) do Recife. Em nota à imprensa, a entidade informou que apenas os flagrantes serão registrados durante a paralisação de 24 horas. "Vamos recorrer da decisão da Justiça. O movimento é legítimo. Os policiais são submetidos a péssimas condições de trabalho nas delegacias e nos outros órgãos", disse o presidente do sindicato, Áureo Cisneiros.

Assunto: Justiça impões multa em caso de paralisação dos policiais civis	
Veículo: folhape	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:



R\$ 30 MIL



Justiça impõe multa em caso de paralisação dos policiais civis

■ Leia Mais

Assunto: Justiça impõe multa em caso de paralisação dos policiais civis marcada para esta quarta	
Veículo: folhape	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:



Justiça impõe multa em caso de paralisação dos policiais civis marcada para esta quarta

Categoria promete parar serviços do IML e realizar protesto em frente ao local



Serviços do IML serão interrompidos durante ato

A paralisação dos policiais civis, prevista para começar à meia-noite desta quarta-feira (8), pode gerar multa diária de R\$ 30 mil para o Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol). A Justiça acatou o pedido do Estado e determinou que os agentes executem as atividades normalmente.

Em nota enviada pelo Estado à imprensa, a decisão do desembargador José Fernandes de Lemos, publicada nesta terça (7),

atendeu a petição apresentada pela Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE-PE).

No pedido, a PGE-PE argumentou que a nova paralisação descumpra liminar do mesmo desembargador que determinou a suspensão da greve dos policiais civis no último dia 10 de junho, iniciada no dia 9 do mesmo mês. À época, a decisão atendeu a ação apresentada pela PGE-PE, pedindo a declaração de ilegalidade e abusividade do movimento e o retorno imediato.

Entenda

Os policiais civis prometem paralisar as atividades a partir da meia-noite desta quarta (8) até à meia-noite da quinta (9). Serviços do Instituto de Medicina Legal (IML), emissão de documentos, registro de boletins de ocorrências, assim como o funcionamento do Instituto de Criminalística, nas unidades do Expressão Cidadão e no Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB), serão interrompidos até o término do ato.

Segundo o Sinpol-PE, o objetivo é cobrar melhores condições de trabalho. Para isso, policiais civis realizarão um ato em frente ao IML, no bairro de Santo Amaro. "Como não foi cumprido o acordo proposto, decidimos paralisar os nossos trabalhos. Desta vez, o IML também não funcionará porque não foi feito nada para melhorá-lo. Está cada vez

mais difícil trabalhar no local”, afirma Áureo Cisneiros, presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (Sinpol-PE).

A categoria reivindica ainda pedidos de revisão no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), de melhores condições de trabalho, a valorização da carreira e reajuste salarial e, ainda, a equiparação do adicional por risco de vida. Além disso, os policiais civis pedem que os Peritos Papiloscopistas integrem o Quadro Técnico Policial.

Assunto: Justiça manda policiais suspenderem protesto marcado para esta quarta	
Veículo: JConline	Data: 08/07/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Justiça manda policiais suspenderem protesto marcado para esta quarta

A pedido do governo do Estado, desembargador ameaça multa de R\$ 30 mil. Categoria cobra aumento salarial e melhores condições de trabalho



No último protesto, dia 2, policiais enterraram o Pacto pela Vida
Foto: Alexandre Gondim/JC Imagem

As más condições estruturais do IML do Recife é um dos motes da paralisação da Polícia Civil, nesta quarta-feira (8), que deve contar com adesão dos peritos do órgão. Um ato está marcado para as 9h30, em frente ao IML e a orientação é para que funcionem apenas serviços de flagrante e levantamento em local de homicídio em todo o Estado. Contudo, a Justiça acatou pedido do governo e determinou que o Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco (Sinpol) suspenda a paralisação, sob pena de multa de R\$ 30 mil.

A decisão foi do desembargador José Fernandes de Lemos, atendendo petição da Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco. Alega que o Sinpol descumpra liminar do mesmo desembargador que, em 10 de junho, determinou a suspensão da greve dos policiais civis iniciada dia 9.

A direção do sindicato não foi localizada pelo JC após a notificação. Antes, o presidente da entidade, Áureo Cisneyros, disse que a paralisação começaria a zero hora, com agentes, comissários, escrivães, peritos e delegados. “O Estado faz ouvido de mercador. Em paralisação anterior, funcionários do IML suspenderam o ato porque a direção se comprometeu a fazer melhorias que não ocorreram. O local enfrentou curto-circuito e duas panes elétricas, os servidores e a população correm risco de contaminação.”

A gerente-geral de Polícia Científica, Sandra Santos, reconheceu os problemas estruturais e disse que uma reforma será feita ainda este ano. “Quanto à paralisação desta quarta, vi declarações do presidente do Sinpol de que não haveria retenção de

corpos. Espero que não levem mais esse sofrimento à população.” Os policiais reivindicam isonomia da gratificação com os delegados (de 100% para 225% sobre o salário), revisão do Plano de Cargos e Carreiras e convocação dos aprovados em concurso de 2009.

Também está marcado para esta quarta protesto dos policiais militares para cobrar ao Estado melhores condições de trabalho e pedir que o governo se posicione sobre a pauta de reivindicações. Segundo a Associação de Cabos e Soldados de Pernambuco uma passeata sairá às 15h, do Parque 13 de Maio em direção ao Palácio do Campo das Princesas.

Na noite desta terça-feira, representantes da categoria se reuniram com membros da Secretaria de Administração. Até as 21h30, não houve retorno sobre as negociações. Em nota, o Sinpol informou que vai recorrer da decisão da Justiça.

Leia na íntegra abaixo:

"O Sinpol (Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco) discorda da decisão do TJPE (Tribunal de Justiça de Pernambuco) de decretar suspensão da Mobilização de 24 horas que será promovida por todos os policiais civis do Estado. O Sindicato informa que vai continuar na luta por melhorias na Segurança Pública. O Sinpol vai recorrer da decisão. Nesta quarta-feira, 8 de julho, às 9h30, está confirmado o Ato pela Segurança Pública, em frente ao IML (Instituto de Medicina Legal)."